



Anais da Assembleia

N.º 155

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 240ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1976

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariados pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (26); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulín, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 26 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 441/76, veto aposto ao Projeto de Lei número 138/75, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que proíbe exigência de atestado ideológico mediante certidão da Delegacia de Ordem Político e Social, em qualquer repartição indireta ou direta do Estado. Parecer da CCJ., CONTRÁRIO ao veto, por maioria.

OFÍCIO Nº 208/76

Curitiba, em 3 de novembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício número 90/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei número 138/75, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Dispõe o autógrafo que "É proibida a exigência de atestado ideológico, notadamente certidão da Delegacia de Ordem Político e Social, em qualquer repartição da administração indireta ou direta do Estado" e que "As portarias ou resoluções de qualquer repartição que fizerem referência a essa exigência deverão ser alteradas, para excluí-la, dentro do prazo de 30

(trinta) dias, a contar da publicação desta Lei".

3. O Plano de Lei em questão não mereceu acolhimento em razão da medida por ele preconizada não consultar aos superiores interesses da Administração. Prevalece o entendimento de que o atestado de antecedentes para ingresso no Serviço Público, significa exigência indispensável, a bem da moralidade administrativa. O "atestado de antecedentes" ou "atestado de idoneidade política e social" como também é chamado, constitui eficiente instrumento capaz de impedir o ingresso de pessoas com antecedentes de ordem político-social nos quadros funcionais do Estado.

4. Vale, ainda, ressaltar o fato de que a Delegacia de Ordem Político e Social — DOPS, órgão competente para expedição dos questionados atestados, vem assegurando bom atendimento aos pedidos que lhe são dirigidos, fornecendo tais atestados com a maior rapidez e mediante o pagamento de módica taxa.

5. Por outro lado, merece destaque a impropriedade contida no texto do projeto de lei ora vetado, quando se refere a atestado ideológico, pois documentos dessa natureza não são exigidos pelos órgãos da Administração direta ou indireta do Estado.

6. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

— Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos nesta Casa o Projeto de Lei que aqui recebeu o número 138/75, objetivando proibir a exigência de atestado ideológico, notadamente certidão da Delegacia de Ordem Político e Social, de qualquer repartição da administração direta ou indireta do Estado.

Isso porque essa exigência inconstitucional e ilegal, vem sendo feita por todas as repartições, chegando-se a ponto de leis, portarias e resoluções fazerem exigência expressa desse documento.

Encaminhado o projeto, houve por bem a Comissão de Constituição e Justiça de dar parecer favorável por maioria de votos. Em Plenário, foi o projeto aprovado nas 3 discussões.

Recebemos de todos os Estados brasileiros, de Assembleias Legislativas, da maioria dos Estados, pedidos tanto de Deputados do MDB como de Deputados da ARENA, de cópia do projeto e dos pareceres.

Ainda ontem, um Deputado da Guanabara que apresentou projeto semelhante, nos telefonava solicitando o encaminhamento dos pareceres proferidos pela Comissão de Constituição e Justiça. Um Deputado da ARENA de São Paulo, também nos pediu cópia do projeto, dos pareceres, é o Deputado Paulo Kobayashi, da ARENA.

Também do Rio Grande do Sul, também de Santa Catarina, tendo em vista, Sr. Presidente, a importância da medida. Vejo agora, para tristeza nossa, que o veto do Sr. Governador se baseia em razões irrelevantes e até infantis. Considera o Sr. Governador que este projeto contraria o interesse do Estado.

Parece-me que seria mais importante o Governador dizer que a Constituição Federal contraria o interesse do Estado por-

que é a própria Constituição Federal que proíbe, que veda a exigência de atestado ideológico. É a Constituição Federal, é a Declaração Universal dos Direitos da pessoa humana que diz que ninguém pode ser considerado culpado sem que a sua culpa tenha sido provada e que só o Poder Judiciário tem capacidade e competência para exercer a função jurisdicional. Não uma repartição pública, não uma Delegacia de Polícia, onde os registros feitos por pessoas desconhecidas não chegam ao conhecimento dos interessados que, diante deste registro, não têm qualquer direito, de defesa, porque estes registros não constituem processo regular e, não constituindo processo regular, não podem fazer coisa julgada, não podem impor restrição a direito individual de quem quer que seja.

Vale ressaltar, diz o Sr. Governador, que o fato da Delegacia de Ordem Política e Social, DOPS, órgão competente para expedição dos questionados atestados, nós não argüimos a incompetência do DOPS, nós argüimos a desnecessidade de qualquer atestado. De qualquer exigência desses atestados porque o DOPS, que forneça atestados a quem solicitar; mas que nenhuma repartição pública, nenhum órgão público o exija, previamente.

Diz ela que vem assegurando bom atendimento aos pedidos que lhe são dirigidos. Pergeito. Mas os pedidos que lhe são dirigidos e que são indeferidos e que ninguém sabe por quê? Qual a acusação, que defesa foi assegurada ao cidadão que teve seu pedido indeferido?

Por outro lado, diz o Governador, merece destaque a impropriedade do projeto de lei ora vetado, quando se refere a atestado ideológico, pois documentos desta natureza não são exigidos pelos órgãos da administração direta ou indireta do Estado.

Eu não sei o que responder, eu não sei se o Sr. Governador confunde alhos com bugalhos. Diz ele, a certidão do DOPS, não é atestado ideológico; não sei que outro nome dar; não sei que outro nome S. Exa. deseja dar. A verdade é que o Sr. Governador, me parece, quis vetar pelo mero capricho, apenas, pelo prazer de vetar. E, esta Assembléia que já aprovou este projeto por unanimidade, não pode, nesta hora, dar guarida ao veto do Sr. Governador, porque seria uma ofensa à consciência democrática deste País; seria uma ofensa à Constituição Federal que nós juramos cumprir e respeitar e que o Sr. Governador, também, jurou cumprir e respeitar quando assumiu seu cargo. Sei e espero que haverá por bem, esta Assembléia, de rejeitar o veto apostado a este projeto de lei, em defesa dos mais sagrados princípios democráticos e em defesa dos mais elementares direitos da pessoa humana.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Para encaminhar a votação, V. Exa. com a palavra.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Determina a Constituição do Estado que compete ao Governador do Estado, deixar de acolher proposta legislativa quando — inconstitucional ou, quando não consultar os interesses superiores da administração.

No caso em tela, Sr. Presidente, o projeto de lei de autoria do eminente Deputado Osvaldo Macedo não recebeu acolhida do Sr. Governador, não por considerá-lo inconstitucional, porque não o é. Mas, por não consultar os superiores interesses da Administração e, portanto, Sr. Presidente, está o Governador do Estado respaldado pela Constituição da República e do Estado, ao se pronunciar da forma como o fez, ao analisar o projeto de lei aprovado por esta Casa e da lavra do eminente Líder do MDB.

Convém, Sr. Presidente, que se faça um pequeno reparo ao que aqui se afirmou. Ao pretender o Poder Público exigir o

atestado de antecedentes ou o atestado de idoneidade política e social dos candidatos a cargo público não exige, Sr. Presidente um atestado ideológico. Não interessa ao Governador, ao Poder Público a ideologia professada pelo pretendente ao ingressar no quadro de servidores do Estado. A grande diferença entre o que seja atestado de idoneidade política e social ou como desejam outros, atestado de antecedência com o atestado ideológico a que faz referência o Projeto de Lei número 441/76, consubstancia o Projeto de Lei número 138/75, é apenas para situar a forma legal do comportamento governamental. Recebeu o veto porque, segundo o Executivo, a medida não atende e não consulta os interesses da administração. Ora, Sr. Presidente, o que cabia informar, todavia, quando se faz aqui referência ao fato de que alguém é negado o atestado de antecedência sem que lhe dê a satisfção do por quê, cabe naturalmente dentro do que a legislação também preconiza ao interessado, consternar a autoridade e os casos existentes, solicitar da autoridade o silêncio para a existência de anotações na sua folha, no seu dossier. Sr. Presidente eram tão somente estas as razões que cabia aqui defender, razão pela qual votarei favoravelmente ao veto governamental, pela sua manutenção. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Para encaminhar a votação, com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tentou o Sr. Governador alinhar razões no sentido de que não se exigiria atestado de ideologia propriamente dito, para ingresso no quadro do pessoal do Estado, mas a certidão, data vênica, não é verdadeira, porquanto para citar exemplo no magistério, há necessidade de um atestado da Delegacia de Ordem Política e Social e seja ele atestado ideológico ou de ordem política e social, o fato é que a este atestado se refere o projeto exclusivamente, porque a Delegacia de Ordem Política e Social não dá atestado de ordem política e social ou atestado ideológico. É um só e então, as causas que levam ao indeferimento de um atestado do DOPS, genericamente abrangente e não específica da qualidade social e política do cidadão, mas atestado de ordem ideológica, porque a ninguém é dado conhecer quais as razões do indeferimento de um atestado como este.

Então, não há como que subsistir esta afirmativa, de que o Estado não exige o atestado ideológico.

Aqui, se escorre o Sr. Governador, data vênica, em um recurso de redação tão somente. Na prática a situação é totalmente diferente. Ademais, os autos, os superiores interesses da administração, quer me parecer é de que a máquina administrativa funciona com rapidez.

Lembro-me perfeitamente, de que durante a discussão da matéria na CCJ, Deputados, tanto do MDB como da ARENA votaram favoravelmente ao projeto, e argumentou-se de casos de mais de seis meses, é necessário a espera desses atestados.

Ademais ainda, pessoal do Interior tem que se locomover à Capital para conseguir este atestado. Um evidente desperdício de tempo, de serviço extra, ou terão que constituir procurador especial para conseguir este atestado.

Assim, nós não vemos ou não vemos, não sentimos enumerados esses interesses superiores que a administração ou que o Governo do Estado, tenta dizer. Não foram enumerados esses interesses superiores. Os interesses superiores que nós sabemos, são aqueles em que se deve dar a maior das facilidades para que o cidadão possa prestar ao Estado, os serviços necessários. Portanto, Sr. Presidente, por essas razões de ordem prática e, principalmente, pelas razões de ordem até de cunho democrático, de substância democrática que o projeto encerra, no sentido de não se criar uma discriminação até odiosa, por parte de quem esteja transitoriamente numa delegacia como essas, e trave a entrada de pessoas competentes, ou pessoas que tenham discordância ou divirjam de pensamentos ou de linhas políticas, ou até partidárias.

Acredito, Sr. Presidente, de que não há razão para se con-

triar o enunciado, até a declaração dos direitos do homem.

E foi visto ainda recentemente, na última decisão do Superior Tribunal Eleitoral, quando uma tese divergente entre a ineligibilidade daqueles que estavam denunciados na Justiça, ou daqueles que apenas em caráter de condenação. Mas assim mesmo, uma denúncia em juízo, pressupõe a existência de um inquérito policial em que o réu normalmente, é ouvido e testemunhas são ouvidas e que ao mesmo se esboça uma coleta de provas, não como na Delegacia de Ordem Política e Social, que quer ser unilateralmente, munida dessas informações.

E que na maioria das vezes, secretas, sem que o acusado, o indiciado, ou o pressuposto réu tenha conhecimento disso.

Portanto, eu acho que fere totalmente até a declaração dos direitos do homem, esse atestado que se exige no Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, eu acredito, temos que derrubar este veto porque ele em nada contribui para a volta ao estado de direito, luta que ambos os partidos encetam hoje no Brasil.

-- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A exigência do atestado ideológico para o ingresso no serviço público, além de ser imoral por ferir os direitos, os mais sagrados direitos humanos, ele é, acima de tudo, a imposição da condição anti-econômica, que fere e que sangra a economia do cidadão que precisa e tem necessidade de ingressar no serviço público.

A justificativa usada pelo Sr. Governador do Estado, para vetar o Projeto 441/76, proposição do eminente Deputado Osvaldo Macedo, é uma atitude que não tem amparo constitucional, é uma atitude que não se justifica por nenhuma forma. É uma atitude que tem por finalidade, e está caracterizada, denegrir este Poder Legislativo que votou por unanimidade essa proposição, que declarou-a aprovada por unanimidade, pelas duas bancadas desta Casa, oposição e representação do Governo.

Esse veto é, acima de tudo, a desmoralização deste Poder, cuja decência ficou ofuscada com a demonstração de que o Sr. Governador usa e abusa de sua condição de chefe do Executivo do Paraná, para vetar inúmeros projetos de lei aprovados nesta Casa, com justificativa sem amparo na Lei Magna deste País ou do Estado.

Caso haja necessidade de verificar os antecedentes daqueles que, aprovados em concurso, vão ingressar no serviço público, que essa responsabilidade e esse trabalho, que essa obrigação seja efetuada sigilosamente pelo Departamento Público que irá admitir esse funcionário, porque procedimento dessa natureza, preserva a dignidade do homem, respeita o direito do cidadão e mantém, acima de tudo, seu próprio direito.

São coisas, Sr. Presidente, que envergonham o cidadão que representa o povo nesta Casa, porque se verifica que o legislador, o advogado da causa pública, o representante do povo neste Parlamento, está submisso a uma única vontade, à vontade do Poder nomeado, à vontade do Poder indicado, à vontade do poder que se julga supremo. O que vale os 54 homens que representam a consciência do Paraná e que aprovam por unanimidade projeto que, acima de tudo, demonstra respeito pelo direito da pessoa humana e depois simplesmente recebe num palavreado sem contexto, o veto por considerar a proposição contrária aos interesses do Estado.

Nesta oportunidade, para honra e dignidade deste Parlamento, peço que as duas bancadas, numa demonstração de cumprimento do seu dever, como representante do povo do Paraná, derrubem o veto do Sr. Governador e mantenham a proposição do eminente Deputado Osvaldo Macedo, porque a proposição é realmente uma alta manifestação de respeito ao Direito da pessoa humana.

Muito obrigado. — Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação a Propo-

sição número 441/76.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram conservar-se como estão. — **Aprovado o projeto.**

O SR. IVO THOMAZONI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Solicito de V. Exa. que faça verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Será procedida verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto e, portanto, rejeitam o veto, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto e, portanto, mantêm o veto, queiram levantar-se.

19 Deputados aprovam o projeto e 3 rejeitam. Não há quorum para votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, requeiro à Mesa a verificação de quorum, com a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Perfeito. A Mesa não pode atender mais o requerimento porque estamos exatamente na hora da sessão ordinária, cujo início é improrrogável. Nestas condições...

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para consultar à Mesa como se fará a anotação da presença dos Srs. Deputados nesta sessão. Há 19 Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE — Há 22 Deputados presentes, fora o Presidente. 23 Deputados presentes no momento da verificação.

O SR. ENÉAS FARIA — Como a Mesa sabe quais os 19 presentes e quais os demais ausentes?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não pode saber os Deputados que estão na Casa.

E, somente os que estão no Plenário, no momento.

O SR. ENÉAS FARIA — Gostaria de lembrar à Mesa, que estamos em regime de votação. Processo que não será interrompido e, segundo o Regimento, prorrogar-se-á a sessão até que se conclua o processo de votação. Portanto, tem cabimento o requerido, no sentido de que só cesse a chamada nominal e verificação de quorum para que se conclua o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, a Mesa não pode prorrogar a sessão, porque não pode entrar no horário da sessão ordinária, que é um horário fixo, que não pode ser alterado. Sendo 2,20 e tendo ultrapassado, inclusive, a Mesa não pode continuar a sessão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu gostaria de V. Exa. como sempre tem feito, observasse o rigor do horário das 14,30 para o início improrrogável e impreterível das sessões ordinárias. Como sempre tem feito, que o faça doravante.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado nesta questão de Ordem, que o horário da sessão ordinária tem sido sempre observado e que às vezes que o atual Presidente não está no momento, a sessão é aberta por um outro membro da Mesa, um outro Deputado.

A Mesa encerra a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, às 14,00 horas, dia 01 de dezembro, com a mesma Ordem do Dia desta sessão, só que a Proposição número 441, entra em fase de votação. Portanto, votação em discussão única da Proposição número 441/76 e 2ª Discussão do Projeto de Resolução número 313/76.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 241ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1976

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Perei-

ra Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Mugiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Nelson Buffara (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Leopoldo Jacomel, Hélio Manfrinato, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Gabriel Sampaio (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência, para o projeto de sua autoria, que visa dar nova redação à Tabela VIII, da Lei número 6149, de 09/09/70 (Regimento de Custas do Estado).

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, depois de ouvido o Plenário, requer a V. Exa., regime de urgência para o Projeto número 181/75, que trata da Criação dos Distritos de Rancho Alegre e Bandeirantes D'Oeste, ambos do município e Comarca de Goioerê.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja inserto na Ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Palmiro Florêncio, ocorrido hoje nesta Capital.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos deste Poder, voto de aplauso e congratulações ao Meritíssimo Juiz de Direito, Doutor LUIZ RENATO PEDROSO, Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, por haver sido distinguido com a "Medalha do Mérito Judiciário", condecoração específica com que se distinguem os magistrados brasileiros.

O importante e significativo galardão foi conferido ao

douto e ilustrado magistrado paranaense, pela Associação dos Magistrados Brasileiros, atendendo aos seus altos méritos e aos relevantes serviços prestados à Justiça.

A entrega da honrosa insígnia será feita dia 3 de dezembro próximo, às 11,00 horas, no "Salão do Juri" do Palácio da Justiça de Porto Alegre.

Outrossim, requer-se, uma vez aprovado o presente, seja dado conhecimento do mesmo ao ilustre homenageado, bem como, ao digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer à Mesa, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Comandante da 5ª Região Militar, 4ª Seção, General Samuel Augusto Alves Corrêa, solicitando seja estudada a viabilidade de instalação do TIRO DE GUERRA, no município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, requer à Mesa, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Sr. JAYME CANET JÚNIOR, e ao Exmo. Sr. Secretário da Secretaria do Estado da Agricultura, solicitando a instalação de uma Escola Agrícola no município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Secretário Arnaldo Busato, da Saúde e do Bem-Estar Social, denunciando o péssimo estado de conservação em que se encontra a Unidade Sanitária de Loanda e solicitando imediatas providências.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O estado de conservação da Unidade Sanitária de Loanda, realmente não condiz com as finalidades pelas quais tais instituições são instaladas.

O prédio daquele Posto de Saúde Pública encontra-se em lastimável e vergonhoso estado.

E face ao espantoso desenvolvimento demográfico, o prédio tornou-se pequeno para abrigar o pessoal que ali labuta e as pessoas que à U.S. acorrem em busca de seus benefícios.

Na certeza de que o acima exposto merecerá a devida atenção por parte da autoridade à qual recorremos, é que formulamos o presente requerimento, respaldado ainda na elevação de propósitos que o mesmo representa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Presidência da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, enfatizando a urgente necessidade de instalação de agência na cidade de LOANDA.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Todos os levantamentos sócio-econômicos, realizados com as mais diversas finalidades, a níveis governamental ou empresarial, culminam com o apontamento de Loanda, como o Município polarizador da região agro-pecuária do Noroeste do Estado.

É totalmente desnecessário enfatizar o inegável e sólido progresso daquela comunidade.

Entretanto, seu alicercamento ressent-se da ausência de agência da Caixa Econômica Federal, cuja instalação virá beneficiar mais de uma dezena de municípios circunvizinhos. É conveniente lembrar que a única agência da CEF existente naquela micro-região está localizada na cidade de Paranavaí. Isto posto, apelamos ao espírito paranista do presidente da CEF, objetivando sensibilizá-lo para a solução dos problemas deste Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após a aprovação do Plenário, o envio de expediente à Presidência da TELEPAR, indagando sobre o processamento de cobrança de taxas telefônicas nas cidades dotadas do sistema DDO.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Segundo praxe e costume, o assinante logo após efetuada a ligação, solicita à telefonista a taxa a ser paga. Entretanto, segundo denúncias levantadas na Câmara Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, pelo atento e dinâmico vereador Milton Pereira de Lima, dão conta que a importância cobrada pela agência bancária autorizada é sempre diversa apresentada pelo Posto de Serviço, isto ocorrendo nas cidades do sistema de telefonia em DDO.

Em face de tais acontecimentos, solicitamos as devidas e imediatas providências por parte da TELEPAR, que deverá atentar para a defesa de seus usuários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, requer após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Educação e Cultura, solicitando providências no sentido de proporcionar melhores condições de funcionamento nos estabelecimentos de ensino da cidade de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A população estudantil, os senhores pais de alunos e os mestres dos diversos estabelecimentos de ensino sediados na cidade de Nova Londrina, ressentem a ausência da atenção dos órgãos governamentais para com a situação dos prédios escolares.

Falta de água, iluminação deficiente, escassez de mobiliário e equipamentos são os principais motivos das queixas dos nova-londrinenses.

A contribuição daquele Município para com o engrandecimento do Estado, através de sua produção agro-pecuária, da dinamização de seu comércio e mesmo de suas indústrias, deve ser levada em alta e considerável conta pelo Governo do Estado, ausente aos justos reclamos daquela gente laboriosa do Noroeste paranaense.

É mister, que o Sr. Secretário, professor Borsari Neto, tome conhecimento do precário estado dos próprios de sua Pasta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimen-

tal, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, dos motivos que determinaram a paralisação da construção da segunda pista na BR-277, (Curitiba-Ponta Grossa) tendo já a firma responsável pela obra, SIPRENDE — Sociedade Paranaense de Engenharia e Empreendimentos Ltda, retirado todas as máquinas que trabalhavam no trecho, como se tem conhecimento.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, e depois de ouvido o douto Plenário, requer a V. Exa. se digne mandar RESTAURAR o PROJETO DE CRIAÇÃO do Município de IV CENTENÁRIO, distrito de Goioerê, uma vez que, segundo o Departamento Legislativo desta Casa, o Projeto se encontra em poder e casa do ex-Deputado WILSON BRANDÃO, desde o ano de 1973.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência registra a honrosa visita nesta Casa, nesta tarde, do Sr. Dr. Julio Reuner, eminente Secretário de Serviços Públicos da atual administração da Capital do Café, cidade de Londrina.

Com a palavra, o Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, no Pequeno Expediente.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna, Sr. Presidente, para encaminharmos à Mesa, neste final de ano, dois requerimentos. Um deles, Sr. Presidente, encaminhado ao Sr. Governador do Estado, Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura, Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja criada, na cidade de Goioerê, uma Escola Agrícola, e justificamos este nosso requerimento, este nosso pedido se prende ao fato de ser a nossa região eminentemente agrícola e de grande necessidade da existência da formação de uma Escola Agrícola, naquele Município, para atendimento de toda a região do Vale do Piquiri.

Outro requerimento, Sr. Presidente, encaminhado ao Exmo. Sr. Comandante da V Região Militar, IV Seção, Gal. Samuel Augusto Alves, solicitando seja estudada a viabilidade da instalação de um Tiro de Guerra no Município de Goioerê, pelos mesmos motivos, Sr. Presidente.

Goioerê, o Vale do Piquiri, uma região agrícola, tem sido transtorno a convocação, pelo Exército, dos filhos dos lavradores que, muitas vezes, para cumprir com seus deveres cívicos, se deslocam para esta Capital, ou, a chamamento do Exército, para Brasília. Às vezes, filhos únicos, causando transtornos para a família, para os pais. A criação de um Tiro de Guerra naquele Município de Goioerê, viria facilitar toda a região, sem causar transtorno aos lavradores que ficam com os filhos em casa para sustento, para ajuda na agricultura.

Estes os motivos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelos quais nós usamos a tribuna, nesta tarde, para encaminhar estes dois requerimentos à Mesa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos esta tribuna na data de hoje, para apresentar requerimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sen-

tido que envie a esta Casa de Leis uma mensagem dispondo sobre o aumento do funcionalismo público civil do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Realmente a situação do funcionalismo civil do nosso Estado é no sentido econômico, bastante grave. E o próprio Executivo Estadual, em boa hora, remeteu a esta Casa o aumento para a Polícia Militar e para os Delegados de Polícia, reconhece a necessidade de que seja dado ao funcionalismo civil um aumento de seus vencimentos. Também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Prefeitura Municipal de Curitiba acaba de enviar e já está aprovado, o aumento dos servidores municipais e o Estado de São Paulo adotou idêntica providência. É por isto, Sr. Presidente, que nesta oportunidade passaremos às mãos de V. Exa. o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Jayme Canet Junior, MD. Governador do Estado, solicitando a remessa à Assembléia Legislativa de mensagem dispondo sobre o aumento do funcionalismo público civil do Estado.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O Executivo Estadual, em boa hora, já reconheceu, a necessidade de melhor remunerar os elementos que compõem a Polícia Militar e Delegados de Polícia;

O próprio Governo Federal por suas autoridades mais abalizadas, confessa ter a inflação ultrapassado a casa dos 40 por cento este ano;

A situação econômica do funcionalismo não permite que se aguarde até maio (mês tradicionalmente usado como base dos aumentos salariais), para que se lhe conceda o aumento;

4 — O município de Curitiba reconhecendo tal situação, já tomou as devidas providências e a sua Câmara Municipal acaba de aprovar aumento a partir de 01 de janeiro de 1977;

Igual medida tomou o Sr. Governador de São Paulo, que remeteu à Assembléia daquele Estado, Mensagem sobre o assunto".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É difícil crer que país onde John Crim vem fazer conferência a pedido da Assembléia, da Conferência, digo, da Inconfidência, se possa dizer com clareza, com precisão, que vivemos um período, uma lacuna dentro do processo político, dentro do processo eleitoral brasileiro.

Diz a Constituição Federal no artigo capitulizado nos direitos políticos, que a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência e o abuso de exercício de função, cargo ou emprego da administração direta ou indireta ou do poder econômico, deve ser restabelecida por lei complementar para preservação do equilíbrio e para coibir abusos da influenciado poder no processo eleitoral.

Entretanto, Sr. Presidente, profanação a que se submeteu o processo democrático e mais especificamente às eleições deste País e de modo invulgar no Estado do Paraná, justificaria as lágrimas que o eminente Senador teria derramado, Senador pelo Rio Grande do Sul, Daniel Kruger,

Permitiu a uma fala no Clube dos Repórteres Políticos do Rio de Janeiro recentemente, em se ressentindo dos abusos que a nossa gente vivia em termos de liberdade, para localizar o foco de influência que se estabelece nas grandes comunas do Paraná, a exceção das rebatidas que tenha sofrido por parte da Oposição nos municípios em que se proclamou obstinadamente o sentido

democrático, e que eu poderia citar, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina. Haveria necessidade e o merecimento de ser citado aqui, para construção deste raciocínio, do que foi o vilipêndio do uso e do abuso do poder e da influência, da manipulação do serviço público em favor de determinados candidatos na área de minha posição política, que é Cascavel. E com irradiações nos municípios vizinhos que chegaram ao absurdo da imposição pela força, pelo coronelismo, onde a própria Polícia do Estado, foi subserviente, quando deveria ser guardiã da democracia.

Ademais, Sr. Presidente, o DETRAN que no escalão do organismo de menor valor, acredito eu, e é um juízo pessoal, se prestou a uma bandalheira vergonhosa, possibilitando o acesso do Partido do Governo, na manipulação de aviamentos e abreviamentos da carteira de motorista que segundo informações recentes até mandavam fabricar em outros municípios, para que pudessem angariar a simpatia dos eleitores.

Carteira de identidade, Sr. Presidente, a criar um obstáculo na própria dignificação da autoridade pública. Em Cascavel, se chegou ao absurdo e ao cúmulo, Srs. Deputados, de um vereador do nosso Partido, do MDB, perfilar-se nas "bichas" chamadas pelos riograndenses a buscar a informação precisa de que era necessário, a chancela, a senha, a autorização formal do Sr. Presidente da ARENA em Cascavel, para se poder fazer um documento de identidade. Chegamos ao absurdo do uso e do abuso indiscriminado, vergonhoso e desatinado, de abusar da autoridade, que se possa dizer constituída, mas que eu, cá no fundo da minha filosofia, acho que faltava a legitimação.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Farei um esforço, Sr. Presidente, para concluir, embora esteja no preâmbulo do raciocínio.

Mas, em Cascavel, foi mais longe. Não bastava o DETRAN, não bastava a Polícia Civil conivente com esse processo deturpativo do Poder, veio ainda a influência do poder econômico. Fala-se até de que um determinado candidato chegou ao absurdo de gastar um milhão numa campanha política. Mas, um milhão de dólares. Fala-se.

Lamentavelmente, parece que esse processo indiscriminado se alastrou e se enraizou em todo o País.

O crime da imprensa foi palco necessário também para abusar do poder discricionário que têm nas mãos aqueles que buscam, que postulam cargos elevados sem titubear em pisar na dignidade dos outros, sobretudo nas famílias mais enraizadas, mais sofridas e humilhadas, essas que ajudaram o Paraná, no passado, a subir.

Não vejo boa destinação para o povo de minha região. Não vejo um sol que possa brilhar no horizonte das clareiras que fazem um país que vai para a frente.

Entretanto, não bastasse em processo, chama-se ainda o Presidente da República para ajudar, para conivir, quem sabe com seu desconhecimento, é provável, com aquele processo que se desencadeava em Cascavel.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Está esgotado o prazo para V. Exa. usar do Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Termina já. Lamentavelmente, deixo aqui registrado e prometo que concluirei em outra oportunidade esse raciocínio a respeito da indenização que se dá nas campanhas e eleições neste País. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna hoje, para mais uma vez nesta Casa, como em outras legislaturas fizeram outros Deputados, comentar uma situação crítica, desastrosa, imoral e ilegal que aconteceu no Paraná.

Hoje, 30 de novembro de 1976, faz 25 anos que a Lei 827 de 30 de julho de 1951, declarou de utilidade pública a Cooperativa Mista dos Servidores do Estado do Paraná.

Essa Cooperativa, Sr. Presidente, foi fundada em 1943, e recebeu do então Interventor Manoel Ribas, um terreno situado na rua André de Barros, para que fosse lá construído um imóvel, com a finalidade de sediar a Cooperativa Mista dos Servidores do Estado.

A Cooperativa, dando cumprimento à doação, realmente edificou o prédio. E a história dessa Cooperativa é uma história de luta, e está registrada nesta Casa, vai ficar registrada nesta Casa é conhecida de todos os funcionários do Estado do Paraná, principalmente pela injustiça que vem sofrendo pelo Governo do Estado do Paraná.

Em 1962 deu-se a intervenção por parte do Estado na Cooperativa. E o Interventor abusando dos poderes que a portaria lhe outorgou, alienou aquele imóvel à Café do Paraná, na época pela irrisória importância de 30 mil cruzeiros quando, na verdade, valia quinze ou vinte vezes mais.

Terminada a Interventoria, os sócios não se conformaram com aquela imoral alienação, porque aquele que era Interventor da Cooperativa, também era Diretor da Café do Paraná. Então o Interventor da Cooperativa alienou para a Café do Paraná o imóvel, por um preço trinta vezes inferior.

Mas os sócios da Cooperativa, ao assumirem, ingressaram em Juízo e, depois de uma luta de nove anos, vencendo em três instâncias, a Cooperativa teve ganho de causa. O Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa àquela Cooperativa.

Aqui é necessário gazer um parêntese. Esta imoralidade foi praticada depois de 64, por homens que se incorporaram ao movimento, que derrubou um governo com a bandeira da implantação da decência e da moralidade na administração pública.

Na verdade, como disse, não sou o primeiro Deputado a trazer o problema para a Casa.

Anteriormente em 66, nesta mesma tribuna, o Deputado Joaquim Néia denunciava o que acontecia então, quando a ação tinha dado entrada na Justiça, mas ainda não estava julgada. Alertava o Governo do Estado para a imoralidade existente, e vou ler o que diz nos Anais da Assembléia de 22 de abril de 1966.

Joaquim Néia falava:

"Concluindo, Sr. Presidente, cabe ao Governo do Estado como o maior acionista da Café do Paraná, promover a rescisão amigável da transação efetuada e a reposição do patrimônio da Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Ltda., pois francamente não podemos admitir que o Governo do Estado queira acobertar este verdadeiro esbulho, esta verdadeira imoralidade que se praticou contra uma entidade que congrega os funcionários do Estado, para enriquecer e locupletar uma Sociedade de Economia Mista, no caso a Café do Paraná, que até hoje não cumpriu as suas reais e altruísticas finalidades para as quais foi criada.

Nestas condições, Sr. Presidente, queremos formular veemente apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que S. Exa. atenda o memorial dirigido pelo Sr. Presidente da Cooperativa dos Servidores do Estado, promovendo, o quanto antes, a reversão do patrimônio àquela entidade, não só por ser um ato de justiça, mas, principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para sanar um ato imoral praticado pelo ex-Interventor daquela Cooperativa".

Sr. Presidente, como eu disse, vários Srs. Deputados nesta Assembléia já ventilaram este assunto que até hoje se mostra

sem solução.

Edgard Távora, um valoroso, brilhante, culto Deputado que passou pela Assembléia, também deixou aqui a sua contribuição a favor dos funcionários do Estado, quanto então o Estado pagava a irrisória soma de 20 cruzeiros de aluguel ao prédio da Cooperativa com uma área de mais de dois e duzentos metros quadrados, imóvel situado atrás da antiga Secretaria de Saúde, na rua André de Barros.

Assim dizia Edgard Távora, e está registrado nos Anais da Assembléia do dia 09 de outubro de 1966:

"Esta Cooperativa agrupa os interesses de 15 mil funcionários públicos.

Pois bem, Srs. Deputados, esteve S. Exa. como Interventor durante três anos, quando o disposto na portaria ministerial determinava que a intervenção deveria se proceder no menor prazo de tempo possível e durante esses três anos, o Sr. Interventor trabalhou danosamente para os interesses da Cooperativa. O prédio construído à custa do suor e das minguidas economias do servidor público, aquele magnífico prédio onde, até pouco tempo funcionava a secretaria da Agricultura, com uma área construída de 2.200 metros quadrados, pela irrisória quantia de Cr\$ 20.000 por mês ao Estado.

O Sr. Interventor terminou sua interventoria propondo uma assembléia que se realizou depois de 3 convocações, e sob o império, o domínio e a figura do Interventor, fosse efetuada a venda do imóvel à Café do Paraná pela insignificante e vil quantia de 30 milhões de cruzeiros, ou seja, hoje, 30 mil cruzeiros.

Cometeu-se, Srs. Deputados, um verdadeiro assalto, um esbulho. Isto é mais do que enriquecimento ilícito, isso há de se encontrar em qualquer Código de Ética ou de lei de Direito Positivo, uma penalidade para por termo a isso. Aquele imóvel vale hoje — dizia Edgard Távora em 1966 — 400 milhões de cruzeiros, pois está situado no coração da cidade, com uma área construída de 2.200 metros quadrados".

E terminava o Deputado Edgard Távora, fazendo uma conclamação ao Governo do Paraná, de então: (Lê): "Eu serei um dos primeiros a proclamar aqui desta tribuna, e fazer elogio às virtudes de um Governador que tem a coragem de corrigir um erro a que talvez tenha sido levado sem pleno conhecimento do que significava".

Pois bem, Srs. Deputados, a verdade é esta, que os apelos se tornaram insensíveis aos vários homens que passaram pelo Palácio Iguazu desde 1962, data da primeira intervenção.

Todavia, a Justiça reconheceu o direito líquido e certo da Cooperativa e não só determinou a nulidade da imoral transação, mas foi além, condenou o Estado a pagar a título de indenização à Cooperativa, a título de lucro cessante da retenção indevida, porque a soma de 20 cruzeiros por mês era apenas simbólica, a quantia de Cr\$ 3.252.508,00, cuja sentença transitou em julgado, em instância final e a Cooperativa foi reintegrada na posse do imóvel em 1975.

No entanto, Srs. Deputados, o Estado do Paraná, o Executivo do Estado do Paraná, para usar termo próprio, não se conformou com esta decisão da justiça. Não se vergou à força do Direito, mas usando do Direito da Força, promoveu uma descabida e imoral desapropriação do imóvel, sob o argumento de que necessitava do imóvel para fins de utilidade pública.

Realmente é deveras lamentável o que aconteceu aos funcionários do Estado do Paraná e o que vem acontecendo.

Vejam os Senhores. Paga-se verdadeiro salário de fome, quando são concedidos os aumentos ao funcionalismo público do Estado do Paraná, parece que são verdadeiras esmolas, que se costuma rotular sob a forma de abono. E agora, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão os funcionários esperando a Mensagem do Governo do Estado do Paraná para reajuste de seus vencimentos. Mas o Estado do Paraná na sua própria Constituição, no seu artigo 77, tem vasado o seguinte, a que os Governos são obrigados a dar cumprimento.

Art. 77 da Constituição do Estado do Paraná: "O Estado promoverá o bem estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e suas famílias, e para esses fins organizará:

- I — Previdência, assistência médico-dentária, colônia de férias e cooperativas de consumo com secções de crédito".

Portanto, é obrigação do Governo do Estado ter que dar cumprimento à própria Constituição do Estado que exige que o Estado organize cooperativas de consumo para os funcionários como uma maneira de facilitar não só a subsistência, mas de dar um amparo afetivo aos seus empregados, aos seus funcionários.

Um senhor que já foi Governador deste Estado, que é hoje o eminente Ministro da Educação, Sr. Ney Braga, tem as seguintes idéias a respeito do cooperativismo:

"Segundo pronunciamento público feito, recentemente, pelo ilustre Senador e ex-Governador do Paraná, através da televisão depois de ter visitado o Estado de Israel, regressou convencido e impressionado com o surto cooperativista dos "KIBUTZINS desenvolvido naquele País, modificando seu pensamento de que antes dizia e ouvia dizer, que governar seria construir estradas, ou incrementar a lavoura, ou ainda, construir escolas, para afirmar agora que, governar, é e será, acima de tudo, zelar pelo sistema cooperativo entre as classes e, para tanto, estaria S. Exa. batalhando, inclusive, para ser implantado no Brasil o Código do Cooperativismo, por reconhecer-lhe a base fundamental de nossa economia. Esta citação consta de uma circular de 1968, editada pela própria Cooperativa dos Servidores Públicos do Estado e que depois de fazer esta citação dizia: "Pená é que tão sublimes conhecimentos, S. Exa. somente houvesse adquirido no estrangeiro, depois de haver sido Governador e não poupar, nem a Cooperativa de seus antigos auxiliares, concordando seu inalienável patrimônio fosse considerado de utilidade pública para fins de desapropriação com visíveis intenções de ser adquirido por uma meia dúzia de capitalistas que compõem a CAFÉ DO PARANÁ, dolorosa contradição".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, depois que a Justiça emitiu a Cooperativa na posse, depois que o Estado foi condenado a pagar a soma de 3 milhões de cruzeiros, depois que se anulou a arbitrariedade cometida por um interventor nomeado pelo Estado do Paraná, o Estado, através do Executivo, não se conformou com esta decisão, e num ato, no mesmo dia, desapropriou o imóvel e abriu uma nova intervenção na Cooperativa, desapropriação por utilidade pública.

É uma verdadeira piada. Hoje, comemora-se o jubileu da lei que considerou a Cooperativa de utilidade pública, lei que eu quero ler aos senhores para que fiquem tendo ciência, Cooperativa de Consumo dos Servidores do Estado que, existe mas, está sob interventoria.

"A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.^o — É considerado de utilidade pública, a Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Ltda., com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.^o — O Governo do Estado prestará à Cooperativa Mista, toda assistência necessária para que a mesma cumpra as finalidades previstas em seus Estatutos, e outras que lhe forem correlatas.

§ Único — Esta assistência se exercerá de modo a possibilitar que a ação da Cooperativa seja extensiva, indistintamente, a todos os servidores públicos do Estado.

Art. 3.^o — O Estado contribuirá com um auxílio de doze milhões de cruzeiros para ampliação dos serviços da Cooperativa, a qual será efetivada até 31 de dezembro de 1952".

Esta Lei dizia mais, de que o Estado descontaria, em folha

dos funcionários, as suas contribuições, as suas mensalidades à Cooperativa.

Pois bem. Sr. Presidente.

Mas, como nós dissemos, nova intervenção foi decretada pelo Estado e esta outra intervenção foi um ato típico de revanchismo, revanchismo que perdura há 18 meses sem qualquer justificativa e que está trazendo danos insanáveis à Cooperativa dos Funcionários do Estado.

Quero trazer o depoimento insuspeito de um homem que entende de cooperativismo neste Estado, Sr. Benjamim Hamerschmidt, Presidente da OCEPAR.

Diz ele, no mensário publicado pela OCEPAR: "Parece-nos que ainda não se conseguiu mostrar que o Cooperativismo de Consumo, é solução para os problemas do consumidor. E tanto é verdade que as Cooperativas de Consumo estão às voltas com o pagamento do ICM incidente sobre operações com seus associados. O ato cooperativo não vem sendo aplicado, portanto. É lamentável, que uns poucos cruzeiros tão insignificantes para a receita do Estado e tão importantes para os cooperados das Cooperativas de Consumo, não sejam dispensados".

E especifica: "As Cooperativas de Consumo são verdadeiramente órgãos de defesa do consumidor e se ainda não se apercebeu, isto é porque elas também não se fizeram notar. A luta de alguns poucos cooperativistas nesta área, tem sido interminável.

Veja-se a grandiosidade que já foi a Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Ltda., que, passando de uma potência, chega aos lamentáveis dias atuais, com um corpo social apático e esquecido. Urge o término da interventoria e medidas que a façam prestar os serviços prometidos ao seu corpo social".

Este, Sr. Presidente, é o depoimento insuspeitíssimo de um homem que está por dentro do problema do Cooperativismo no Paraná. Mas esta última intervenção do Estado do Paraná — o que é lamentável — foi praticada e assinada por um ato do atual Governador, que se caracterizou desde cedo como injusto e igualmente imoral como a outra que perdurou por mais de três anos.

E vejam os senhores, o próprio Interventor nomeado pelo Sr. Jayme Canet, o ilustre Gal. Jackson Pitombo Cavalcanti, não permaneceu mais de cinco dias como seu Interventor, negando-se a participar então da trama contra a Cooperativa porque ao ter conhecimento, através de um artigo jornalístico da réplica da intervenção, de autoria do Vice-Presidente da Cooperativa, ex-Deputado Aldo Laval, o Cel. Jackson renunciou à Interventoria após ter sido nomeado apenas há cinco dias, negando-se a dar cobertura e ser conivente neste ato de força contra os Servidores do Estado do Paraná.

Foi nomeado outro Interventor, o ilustre Cel. Haroldo Bezerril e, após a realização de uma Assembléia Geral, em que a situação lhe foi perfeitamente esclarecida, também se negou a dar continuidade à trama que o Executivo persiste em manter contra a Cooperativa dos Servidores deste Estado, e renunciou em caráter irrevogável, conforme se pode constatar pelo jornal "O Estado do Paraná", de 09 de novembro último, quando o atual Vice-Presidente da Cooperativa deu entrevista nestes termos: "Governo propõe acordo imoral para o caso do prédio da "CAFÉ".

O Vice-Presidente da Cooperativa Mista dos Servidores do Estado, sob intervenção há dezoito meses, denuncia que o Governo está "propondo apenas acordos imorais como solução" para um problema que vem desde 64".

"O motivo da intervenção da Cooperativa, é que o Governo do Estado quer se apossar do nosso prédio, onde funciona hoje a Café do Paraná (André de Barros). Não há razão para ela estar sob intervenção há 18 meses e esta manobra já vem desde 1964".

Quem faz esta denúncia é o Vice-Presidente da Cooperati-

tiva Mista dos Servidores do Estado, Aldo Laval, cuja entidade se encontra em intervenção desde 25 de abril do ano passado”.

Declara esta notícia do jornal, de que esta última intervenção de 25 de abril de 1975, foi perpetrada na calada da noite até com o auxílio de força policial. E os motivos que se alegaram seriam os desmandos que estariam ocorrendo naquela Cooperativa.

Ora, os desmandos nada mais foram do que a Diretoria da Cooperativa exigir um cumprimento da sentença judicial que condenou o Estado a três milhões de cruzeiros. E o Estado ao entrar com ação de desapropriação na Justiça, foi avaliado o imóvel em cerca de seis milhões de cruzeiros. Assim, o Estado deveria pagar à Cooperativa, dez milhões de cruzeiros. E o Governo do Estado do Paraná, propôs, aí é que está, o acordo imoral, se pagasse apenas a importância de seis milhões de cruzeiros, deduzindo quatro milhões, não se sabe a título do que. É evidente que a Diretoria da Cooperativa não aceitou esta proposta.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós trouxemos o assunto a esta Assembléia, porque hoje exatamente hoje, fazem 25 anos, comemora-se as bodas de prata do reconhecimento de utilidade pública desta Cooperativa.

Já prestou serviços assombrosos à classe dos funcionários do Estado. Está aí o conjunto residencial Marumbi e Iguaçu, mais de duas mil residências, que por gestão desta cooperativa e de seus dirigentes, foram introduzidas no Paraná.

E como nós dissemos, o Governo do Estado do Paraná se mostra insensível a tudo isso. Eu acredito que o caso desta cooperativa muda apenas, no expediente usado.

Das muitas entidades de classe, órgão de classe, associações de classe que estão sob intervenção brasileiras. Intervenções espúrias que procuram apenas cercear o crescimento e o desenvolvimento dessas entidades, que além de terem um caráter assistencial congregam e dão um maior alento às classes produtivas e, no caso dessa cooperativa, auxiliam o funcionário do Estado, no seu funcionalismo.

Mas, vejam bem Senhores, sintetizando este assunto, o Estado doou um terreno com a cláusula de inalienabilidade, este terreno não podia ser vendido, é uma cláusula, um princípio jurídico das coisas doadas pelo Estado, não podem ser vendidas. O Interventor nomeado pelo Estado do Paraná vai, e vende o imóvel por um preço irrisório a um órgão do próprio Estado a Café do Paraná. É um prolongamento do Estado do Paraná à administração indireta. E esta imoralidade é levada à Justiça, a Justiça nas três instâncias, derruba, anula e condena o Estado do Paraná, a Café do Paraná a pagar esta multa a título de lucrocossante de retenções devidas, em cerca de três milhões de cruzeiros.

O imóvel é restituído, é dada a emissão de posse novamente à Cooperativa. Mas esta condenação o Estado não pagou.

Então, resumindo o problema, é o seguinte:

O Governo do Estado do Paraná, ao desapropriar o imóvel, ao entrar com nova intervenção, usa um meio oblíquo, usa uma tangente para fraudar a execução judicial daquilo que é líquido, é certo da cooperativa, que ela ganhou.

E o imóvel que foi doado pelo Estado, a uma Cooperativa que já é considerada de utilidade pública, uma Cooperativa que por força constitucional tem que exigir, e que o Estado tem que lhe dar guarida e assistência. Então, chegamos à seguinte conclusão:

Ocorre um crime de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná. É o caso típico da intervenção federal neste Estado, porque o Artigo 10 da Constituição Federal reza o seguinte:

- I —
- II —
- III —

IV — A União não intervirá nos Estados, salvo para prover a execução da Lei Federal, ordem ou decisão judiciária.

O Estado ao usar esta força, por meios que consideramos até imorais, ao não se vergar à decisão judicial, ao entregar o imóvel à Cooperativa para diexar que a Cooperativa funcione, está incorrendo, o Governo do Estado do Paraná, em um crime de responsabilidade.

Porque esta sentença judicial, transitou em julgado, desde o Supremo Tribunal Federal em todas as instâncias e não está sendo cumprido.

Caso típico de intervenção federal no Governo do Estado do Paraná.

Os diretores desta Cooperativa, que está sob intervenção, têm insistido com memoriais, protocolados no Palácio Iguaçu, para que o Governo resolva esse problema.

Mas, eles vem se arrastando se prorrogando. O interventor é demissionário e não foi nomeado outro e a Cooperativa continua assim, relegada a seu próprio destino, marginalizada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu não vou requerer nada nesta oportunidade. Aproveitei a data de hoje para nostrar uma contradição do que ocorre neste Estadp. E tenho a certeza que a Liderança do Governo nesta Casa, deverá ou responder a este pronunciamento, se informar a respeito do assunto, levar ao Governo do Estado e aqui ficaremos à espera de um pronunciamento por parte da ilustre Liderança do Governo. Acredito que uma ajuda substancial, uma ajuda efetiva ao servidor do Estado, ao funcionário do Estado seria que essa cooperativa de consumo tivesse guarida a suas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Esta Presidência lamenta ter que interromper, mas o ilustre Deputado tem um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu concluirei, Sr. Presidente.

Como disse, não vou formular requerimento algum. Acredito na sensibilidade da Liderança desta Casa, para trazer a palavra oficial do Governo a respeito do que ela entende do problema.

Apenas quero alertar a Liderança do Governo nesta Casa: interpreto o caso como típico de crime de responsabilidade do Governo do Estado ao não cumprir a sentença judicial. E se medidas não forem tomadas na reabertura dos trabalhos desta Casa, em março do próximo ano, estarei propondo à bancada do meu Partido, a constituição de uma CPI para ser tratado com mais rigor este assunto, porque não é possível que a classe dos servidores do Estado do Paraná não tenha a sua cooperativa funcionando. Não é possível que a Constituição do Estado não seja cumprida.

Era isso o que eu trazia, Sr. Presidente, a este Plenário, nesta oportunidade, porque se eu fosse citar nome dos abnegados diretores desta Cooperativa, teria que relacionar uma plêiade de homens que, no anônimo, estão lutando valorosamente, com coragem, tenacidade, enfrentando os Chefes Executivos desde 1962, para fazer cumprir um direito que o servidor do Estado do Paraná tem, um direito que — como eu disse — está vasado na própria Constituição do Estado.

Rendo aqui, no entanto, as minhas homenagens...

O SR. OSVALDO MACEDO — Deputado Nilso Sguarezi, V. exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estou acompanhando o seu pronunciamento e noto que se trata de assunto de alta relevância, e porisso exige uma abordagem mais demorada. V. Exa. ainda tem algo a tratar sobre a matéria. Gostaria de dizer, com a permissão da Mesa, que terá toda a liberdade para usar o tempo da Liderança do MDB que ocorrerá logo após o vencimento do tempo de V. Exa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço ao eminente Líder, mas efetivamente estava concluindo a minha oração. Porque entendo que requerimentos não mais têm procedência. Não se pode estar mais praticamente mendigando através de requerimentos e pedidos de solicitação ao Palácio do Governo. São inú-

meros os memoriais, os requerimentos protocolados que não tiveram deferimento no Palácio Iguaçu.

Assim sendo, acredito que as nossas palavras aqui deverão ter eco através da Liderança do Governo, que acredito deverá se pronunciar sobre esse assunto. Mas, deixo bem claro e quero comunicar à nossa Liderança, que na reabertura dos trabalhos, levaremos à consideração de nossa bancada esse assunto, porque não podemos entender, de maneira alguma, que o Estado do Paraná através de seu Executivo, através do Governo, insista num assunto que é totalmente imoral.

Os funcionários aguardam o reajuste dos vencimentos. Pergunto aos Senhores, de que valeerá esse minguido reajuste de vencimentos, se não houverem outros meios realmente efetivos, de sustância, para auxiliar os servidores do Estado, no seu orçamento doméstico? Deve a Cooperativa de Consumo efetivamente funcionar, isentando-a do ICM, que o Estado pode e deve fazer isso. Essa Cooperativa teria condições de suprir o baixo rendimento dos servidores do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a atenção dispensada pela Casa e espero que as nossas palavras não fiquem como ficaram de Joaquim Néia, como ficaram as de Edgar Távora, simplesmente arquivadas nos Anais da Casa. Mas, desta vez, tenho ilustre Governador do Estado um pouco mais de sensibilidade para atender que, o que aqui se reivindica, não é nada legal, não é nada contra o direito, mas é uma coisa de justiça.

Quero terminar minha alocução repetindo as palavras de Edgard Távora, que falou em 66, "e Oxalá essas palavras possam ser ditas por mim nesta tribuna, depois de corrigido o problema". Serei um dos primeiros a proclamar aqui desta tribuna e fazer o elogio das virtudes de um governo, que tem a coragem de corrigir um erro ao qual, talvez, tenha sido legado sem pleno conhecimento do que ia significar". Para maiores subsídios ao Governo do Estado, para resolver o problema, é que aqui trouxemos essas considerações".

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto à Liderança da ARENA se quer usar o tempo que lhe é reservado. (Pausa). Tendo declinado a Mesa consulta à Liderança do MDB se quer usar do horário reservado à mesma. (Pausa). Tendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 240/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 376/76, Mensagem 111/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de JANIÓPOLIS, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 241/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 377/76, Mensagem 112/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de RESERVA, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGATIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a fineza de V. Exa. determinar a chamada nominal

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Deferido. O Sr. 1.^o Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É feita a chamada nominal).

19 Srs. Deputados responderam à chamada. Não há quorum.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Acredito que com a chegada ao Plenário dos Srs. Deputados José Domingos Scarpelini e Aragão de Mattos Leão, deverá portanto, ter quorum suficiente para a deliberação. Requeiro que V. Exa., Sr. Presidente, determine nova chamada nominal para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Deferido. O Sr. 1.^o Secretário fará novamente a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— É feita a chamada para constatação de quorum.

28 Srs. Deputados responderam à chamada, havendo, portanto, quorum para deliberação da matéria.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 242/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 379/76, Mensagem 114/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e o Município de SALTO DO LONTRA, objetivando construção de prédio conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 243/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 281/76, mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino e a unidade sanitária local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 244/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 285/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAQUARA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR MANOEL EUFRÁSIO e a UNIDADE SANITÁRIA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 245/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 290/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de REBOUÇAS, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, localizados naquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 246/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 296/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SERTANÓPOLIS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 247/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 297/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de SIQUEIRA CAMPOS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR PROFESSOR F. GUIMARÃES e o POSTO DE PUERICULTURA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 248/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 303/76, Mensagem 77/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TERRA RICA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 149/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 307/76, Mensagem 81/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PARANACITY, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 250/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 309/76, Mensagem 83/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PARANAVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 251/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 330/76, Mensagem 90/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA ROXA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE KENNEDY, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 252/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 338/76, Mensagem 95/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PARANAVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 253/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 350/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PLANALTO, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO Estadual JOÃO ZACCO, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução

254/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 352/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de QUEDAS DO IGUAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR TIRADENTES, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 255/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 359/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de GUARANIAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ROCHA POMBO, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 256/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 361/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam GRUPOS ESCOLARES, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 257/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 362/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de IMBITUVA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 258/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 368/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA AMÉLIA, objetivando obras de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL CARLÍRIO GOMES DOS SANTOS, na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 259/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 370/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA MARIANA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PEDRO MOREIRA DA SILVA. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 260/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 384/76, Mensagem 117/76 do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CASCAVEL, objetivando a implantação de Serviços de Segurança Contra Incêndio e Prestação de Socorros Públicos no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 261/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 197/76, Mensagem 57/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ALTÔNIA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 262/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 342/76, Mensagem 99/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 263/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 346/76, Mensagem 103/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de RONDON, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 264/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 349/76, Mensagem 106/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e do Estado de Sergipe, objetivando o intercâmbio e a Cooperação Técnica entre seus Sistemas de Planejamento Orçamento e Modernização Administrativa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 265/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 358/76 Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de QUINTA DO SOL, objetivando obras de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR DE QUINTA DO SOL e o GINÁSIO ESTADUAL SÃO JUDAS TADEU, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 266/76 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 365/76 Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando obras de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, da sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 267/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 381/76, Mensagem 114/76 do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de TAMBOARA, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 268/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 386/76, Mensagem 120/76 do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando o levantamento e tabulação de informações estatísticas sócio-econômicas do Estado. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 269/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 390/76, Mensagem 123/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de ARAUCÁRIA, objetivando execução do Art. 37 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 270/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 393/76, Mensagem 125/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando a realização de melhoria dos Serviços locais de Trânsito. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 271/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 396/76, Mensagem 127/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de AMAPORÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 272/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 397/76, Mensagem 128/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 101/76, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO "DESAFIO JOVEM BETEL", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 118/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL "ANACREONTE VIEIRA BODEVAN", com sede e foro na cidade de IPORÁ, neste estado. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 122/76, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública o "CAMPING CLUB DO BRASIL", Secretaria Regional do Paraná. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 123/76m de autoria do Poder Executivo, Mensagem 130/76, que objetiva denominar "GRUPO ESCOLAR PROFESSORA ISABEL

LOPES SANTOS SOUZA", o Grupo Escolar de Pinheirinhos, bairro desta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 124/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública, através sua Delegacia Regional do Paraná, a ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 133/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o LAR MARILIANA BARBOSA, da cidade de Castro. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 134/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA JESUS PERANTE A CRISTANDADE", com sede na cidade de Castro. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 273/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 280/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução de reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 274/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 283/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PALMITAL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 275/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 293/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SÃO CARLOS DO IVAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a ESCOLA TÉCNICA EM CONTABILIDADE, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 276/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 308/76, Mensagem 82/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR e o município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 277/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 320/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de BARRAÇÃO, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DOUTOR MÁRIO AUGUSTO

TEIXEIRA DE FREITAS, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 278/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 326/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO VITÓRIA, objetivando execução de reparos no prédio do GINÁSIO ESTADUAL CASEMIRO DE ABREU, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 279/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 329/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TAPEJARA, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 280/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 335/76, Mensagem 92/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 281/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 344/76, Mensagem 101/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 282/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 347/76, Mensagem 104/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de TERRA ROXA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 283/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 351/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, objetivando reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 284/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 353/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando execução de reparos no prédio da DELEGACIA DE POLÍCIA local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 285/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 363/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ALTO PIQUIRI, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GINÁSIO MANOEL BANDEIRA e o GRUPO ESCOLAR MUNHOZ DA ROCHA NETTO. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 286/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 371/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de URAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual e o Grupo Escolar, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 287/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 275/76, Mensagem 110/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de FAXINAL, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 288/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 378/76, Mensagem 113/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o município de Nova Cantu, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 289/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 380/76, Mensagem 114/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a EMOPAR, com o município de PORECATU, objetivando a construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 290/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 387/76, Mensagem 122/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de MANOEL RIBAS, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 291/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 392/76, Mensagem 125/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de GUAIRACÁ, objetivando realização e melhoria dos serviços locais de Trânsito. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

dade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 292/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 399/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CASCAVEL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a DELEGACIA DE POLÍCIA, o 6.^o BATALHÃO da PME., e 10.^o DISTRITO DE SAÚDE, do município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 293/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 400/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CORBÉLIA, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 294/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 402/76, Mensagem 132/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de ITAGUAGÉ, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 295/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 404/76, Mensagem 134/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de SÃO JOÃO DO IVAÍ, objetivando a construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 296/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 409/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de reparos no prédio do GRUPO ESCOLAR NISIA FLORESTA, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 297/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 411/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 298/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 413/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de UMUARAMA, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução

299/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 414/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA OLÍMPIA, objetivando execução de reparos no prédio do GRUPO ESCOLAR DUQUE DE CAXIAS, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 300/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 415/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL GUIMARÃES ROSA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 301/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 417/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 302/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 419/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PARANAVAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL AZEVEDO DA SILVEIRA, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 304/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 423/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de IVAÍ, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 305/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 424/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de DOIS VIZINHOS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 306/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 425/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA ISABEL DO OESTE, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 307/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça,

ex-Proposição 426/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ASTORGA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR VERÍSSIMO DE SOUZA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 308/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição 429/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FLORAÍ, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 309/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 430/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SENGÉS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 310/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 432/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO AMAZONAS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 311/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 434/76, Mensagem 142/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SU-CEPAR, e o município de CRUZEIRO DO SUL, com os objetivos que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 312/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 435/76, Mensagem 143/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de IRATI, objetivando a implantação de Serviços de Segurança contra Incêndio e a Prestação de Socorros Públicos, na área do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei de sua autoria, que visa dar nova redação a Tabela VIII, da Lei 6149, de 09/09/70.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 181/76.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário dos Transportes, dos motivos

que determinaram a paralisação da construção da segunda pista na BR-277. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, denunciando o péssimo estado de conservação em que se encontra a Unidade Sanitária de Loanda, e solicitando imediatas providências. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo providências no sentido de proporcionar melhores condições de funcionamento nos estabelecimentos de ensino da cidade de Nova Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, indagando sobre o processamento de cobrança de taxas telefônicas nas cidades dotadas do sistema DDD. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Meritíssimo Juiz de Direito, Doutor Luiz Renato Pedroso, Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, por haver sido distinguido com a "Medalha do Mérito Judiciário". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Caixa Econômica Federal, no sentido de encarecer a instalação de agência na cidade de Loanda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Palmiro Florêncio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de uma Escola Agrícola, no município de Goioerê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante da 5ª Região Militar, 4ª Seção, General Samuel Augusto Alves Corrêa, no sentido de que seja estudada a viabilidade de instalação de Tiro de Guerra, no município de Goioerê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que encaminhe à esta Casa, Mensagem dispondo sobre o aumento do funcionalismo público estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja determinado restaurar o projeto de criação do município de IV Centenário, distrito de Goioerê. — **Deferido.** — À Comissão de Constituição e Justiça, para providenciar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, visando seja edificada uma unidade educacional na localidade de Cubatãozinho, proximidades da Fazenda "Estrela". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr.

Governador do Estado, no sentido de que determine ao DGTC, providências para, junto a empresa CODAL, legalizar todas as documentações irregulares constantes de glebas do distrito de Santa Rita do Oeste, município de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, reivindicando o funcionamento da Escola Vocacional e Profissional "Mozarzinho", da cidade de Loanda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar à Secretaria de Educação e Cultura, proceder sindicância administrativa no Ginásio Estadual "Santo Inácio de Loyola" situado na cidade de Terra Rica. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, formulando reivindicação dos municípios da região noroestina, no sentido de que o mesmo ou uma delegação responsável, proceda uma visita e vistoria naqueles municípios, compreendendo o eixo: Paranavaí - Querência do Norte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Agricultura, com relação a situação funcional do Chefe do Posto de Revenda do Fundo de Equipamento Agropecuário, no Posto Rural de Clevelândia. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 01 de dezembro, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 279, 271, 272/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 101, 118, 122, 123, 124, 133, 134/76 e de Resolução números 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312/76.

Levanta-se a sessão.

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO Nº 211/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Califórnia, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Califórnia, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funciona o Ginásio Estadual Talita Bresolin e a Unidade Escolar, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 212/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Nova Cantú, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Nova Cantu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 213/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Piraí do Sul, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Piraí do Sul, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Leandro Manoel da Costa, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 214/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Sengés, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo nº 68/76)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Sengés, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar de Porto Felício Corrêa, a Casa Escolar Rui Barbosa, a Casa Escolar Serraria Velha e o Grupo Escolar Erasmo Braga, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

RESOLUÇÃO Nº 215/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Barbosa Ferraz, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Barbosa Ferraz, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Corumbataí do Sul, o Ginásio Estadual Machado de Assis e o Grupo Escolar de Curilândia, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 216/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Leopólis, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Leopólis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Maria José Pegoraro de Souza, o Ginásio Estadual Dom João VI e a Unidade Sanitária, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 217/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Medianeira, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Medianeira, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola São Paulo, a Escola Henrique Dias, a Escola Presidente Vargas, a Escola Nossa Senhora da Salette, a Escola Santos Dumont, e a Escola Padre Vieira, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 218/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Porecatu, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Porecatu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Núcleo Social, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 219/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Sapopema, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Sapopema, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Municipal de Capinzal, a Escola Municipal Lajeado Liso, a Escola Municipal São Roque, a Escola Municipal Esperança, a Escola Municipal Cordeiros, a Escola Municipal Rodeio Bonito, a Escola Vida Nova e a Escola Lambari, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 220/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Cruzeiro do Sul, com objetivo que especifica. (Mensagem número 87/76, do Poder Executivo).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Cruzeiro do Sul, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de novembro de 1976.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 221/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Santa Fé, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Santa Fé, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a unidade Sanitária, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 222/76

DATA: 19 de novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Umuarama, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 94/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 23 de julho de 1976, ao Convênio celebrado em 13 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 605/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9691, de 05 de novembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar a Portaria número 553, de 12 de outubro de 1976, que designou a funcionária GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula número 262, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, a partir de 01 de novembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de novembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 606/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo pro-

tolado sob o número 9691, de 05 de novembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula número 262, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de novembro de 1976; e,

II — autorizar a funcionária acima citada, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de novembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de novembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 607/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8683, de 04 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a funcionária EUMÊNIA DE OLIVEIRA, matrícula número 469, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de novembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 608/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10233, de 25 de novembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a funcionária ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS, matrícula número 053, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de novembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 609/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10199, de 24 de novembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário VALDICIR NASSAR, matrícula número 412, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de novembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 610/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10247, de 25 de novembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário SILVIO RODOLFO LIEGEL, matrícula número 034, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de novembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 611/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10085, de 23 de novembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, à funcionária MARIA HERCILIA CAMARA CONTER, matrícula número 426, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de novembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:**DECRETO LEGISLATIVO Nº 655/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8428, de 27 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Artigo 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, matrícula número 353, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 11 de julho de 1958 e igual data de 1968;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o dispositivo legal invocado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 11 de julho de 1968 e 11 de julho de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 11 de setembro de 1976, data em que, em razão das incorporações correspondentes ao primeiro decênio e terceiro quinquênio, completou vinte (20) anos de serviço público, computados

para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 656/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9237, de 18 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Artigo 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de NICANOR DE VASCONCELOS SOUZA, matrícula número 014, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio compreendido entre 29 de março de 1971 e 29 de março de 1975, antecipado em razão de incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972 e 1974, contadas em dobro;

II — conceder o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 04 de abril de 1975, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais;

III — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, com fundamento do mesmo dispositivo legal, a partir de 04 de fevereiro de 1976, data em que, em razão das férias relativas ao ano de 1975, contadas em dobro, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento; e, IV — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o mesmo dispositivo legal, a partir de 04 de agosto de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 657/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8919, de 11 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — retificar "ex-officio" o Decreto Legislativo número 332/76, de 06 de maio de 1976, para declarar que a incorporação concedida pelo mesmo, do tempo de seis (06) meses, ao acervo de serviço público de ALMIR SANTOS, matrícula número 059, ocupante do cargo de nível PL "28" da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, referente ao segundo quinquênio, está compreendida entre 23 de agosto de 1967 e 23 de fevereiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, e não como consta naquele ato; e,

II — conceder, com fundamento no Art. 170, da mesma Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, o acréscimo de

mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 23 de fevereiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/11/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 658/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8961, de 11 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CARMEN APARECIDA FREGONEZE, matrícula número 098, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei número 6174, a partir de 28 de julho de 1976, data em que, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25/11/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 659/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9501, de 27 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar o Decreto Legislativo número 480, de 21 de julho de 1976, que proveu em comissão, NILCE POLI MILANI, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado EGON PUDELL.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29/11/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 660/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9501, de 27 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão EDITH BAUDISCH, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado EGON PUDELL.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29/11/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA** **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de outubro de um mil novecentos e setenta e seis, às quinze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do senhor deputado Egon Pudell, e contando com as presenças dos senhores deputados Jayme Rodrigues Carvalho, Ivo Thomazoni e Domício Scaramella, reuniram-se os membros da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. De acordo com o Art. 43, Parágrafo único do Regimento Interno, foi relatado pelos Senhor Presidente o PROJETO DE LEI número 99/76, de autoria do senhor deputado Dácio Leonel de Quadros, autorizando a Sociedade Rural do Paraná a doar área de terras ao Sindicato Rural de Londrina, com sede no referido município. Parecer favorável — APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretário, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1976.

(aa) EGON PUDELL — Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR A **EMENDA AO ART. 47, INCISO 20 DA** **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os deputados Accioly Neto, Jorge Sato, Ezequias Losso, Nilso Sguarezi e Lineu Turra, com o fim especial de procederem a instalação e eleição do Presidente. De acordo com o Regimento Interno, o Senhor Deputado Jorge Sato, assumiu a presidência dos trabalhos e em seguida anunciou a eleição do Presidente da referida Comissão. Verificado o sufrágio, constatou-se a maioria de votos para o senhor deputado Jorge Sato para presidente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o senhor Presidente agradeceu a preferência de seus nobres pares, designando para relatores da matéria os senhores deputados Accioly Neto e Nilso Sguarezi respectivamente, e para secretária, a funcionária Maria Aparecida Amaral. Em seguida o senhor presidente encerrou os trabalhos, determinando que as reuniões serão realizadas de acordo com a necessidade da matéria. Nada mais havendo a tratar e para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos membros e por mim, secretária.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1976.

(aa) JORGE SATO — Presidente

Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DO ORÇAMENTO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Aos dezessete dias do mês de novembro de um mil novecentos e setenta e seis, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sob a presidência do deputado Jorge Sato e a presença dos Deputados Egon Pudell, Antônio Facci e Lázaro Dumont. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos com a leitura e aprovação da Ata da sessão anterior. A seguir, o senhor Presidente passou a palavra ao Relator da matéria, Deputado Egon Pudell, para que procedesse à leitura de seu Parecer. Iniciando a leitura, o Deputado Egon Pudell comunica que foram apresentadas ao Projeto 112/76, dez emendas, todas oferecidas dentro do prazo regimental. Lidas uma a uma, foram todas rejeitadas. Colocado o Parecer em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, na qualidade de Secretária, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária.

Sala das Reuniões, em 17 de novembro de 1976.

(aa) JORGE SATO — Presidente

Elcy Silva Batista — Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO **2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA** **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos seis dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas e vinte minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Egon Pudell, e contando com as presenças dos senhores deputados Domício Scaramella, Ivo Thomazoni e João Cioni Netto, reuniram-se os membros da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. De acordo com o Art. 43, Parágrafo único do Regimento Interno, o Senhor presidente relatou os seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 179/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 142/75, encaminhando anteprojeto de lei visando transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, uma área de terras, com 27.713,00 m² (vinte e sete mil, setecentos e treze metros quadrados), de propriedade do Estado, situada no bairro do Atuba, município de Curitiba. Parecer favorável - APROVADO. PROJETO DE LEI Nº 84/76, de autoria do senhor deputado Quielise Crisóstomo da Silva, autorizando o Poder Executivo a doar ao município de Bocaiúva do Sul, os bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidroelétrica de Tunas, entregues à responsabilidade daquele município pela administração de Recursos Hídricos. Parecer favorável - APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia, e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretário, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1976.

(aa) EGON PUDELL — Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário